

Próximos desafios para a habitação nos Açores

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros dos Governo

Consagrado que está na nossa Constituição, e muito bem que assim é, para o Partido Socialista os direitos fundamentais dos cidadãos são princípios que devem ser respeitados até ao limite das nossas possibilidades governativas. Por convicção ética, mas também atreito aos valores fundamentais do PS, os direitos fundamentais da pessoa humana devem ser os motes essenciais da nossa atuação, enquanto agentes fomentadores de políticas públicas, inventivas de melhores condições de vida para toda a população.

Assim, entendemos que é obrigação do Estado ser promotor do fácil acesso a esses direitos que, para além de serem fundamentais, são também, para nós, cruciais para o funcionamento da nossa sociedade com qualidade de vida.

Na verdade, ao longo dos tempos, o Estado tem tido a capacidade de dar esse impulso. É exemplo disso o serviço público de saúde, é exemplo disso a escola pública, ou a segurança social universal e também é exemplo disso, a própria legislação laboral. Evoluções essas que vão contribuindo para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

É evidente que nos estamos aqui a referir ao Estado Social, defendido acerrimamente por muitos, não sendo exceção aqui nesta casa, casa primeira da democracia e da defesa dos direitos dos cidadãos, nos Açores. Concluímos neste pormenor que não é de somenos, pensamos nós, que, apesar do muito que foi sendo promovido e adquirido, a constatável evolução da vida ou a generalizada mudança dos tempos, obrigam a repensar em permanência novas práxis sobre estes temas. Ou seja, se por um lado, há sempre a necessidade de melhoria das políticas públicas já existentes, por outro lado, temos de ter a capacidade de ir mais além neste Estado Social.

Podendo existir e havendo com certeza outras áreas, queremos hoje relevar o direito à habitação e, em concreto, os programas e os processos de acesso à habitação que devem merecer atenção especial, por parte do Estado e dos Governos, numa política para a habitação que vá para além daqueles que são os apoios vigentes.

Atente à conjuntura social atual, pensamos mesmo que este é o momento. Está nas mãos desta geração de políticos, continuar a fazer história, sempre com espírito de recomeço a construir um percurso que até já foi realizado noutras áreas sociais, constitucionalmente consagradas como fundamentais.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros dos Governo

Tudo o que dissemos até aqui, não pode traduzir-se numa qualquer ideia opositora aos programas sociais em vigor. Desengane-se quem assim pense. O que bem se pretende agora, contando com o muito que já está a ser realizado, é transmitir a ideia de que precisamos de ir mais além do que já foi conseguido. E é de lembrar que o PS no Governo sempre assim foi: os governos do PS sempre pretenderam superar-se e às suas políticas,

com novas e mais adaptadas políticas que os renovados tempos recomendavam e recomendam. Assim lideramos a atualidade, por vontade do povo.

Mais em concreto: se ao longo da nossa história, o Estado focou-se e foca-se naquela franja da população que menos recursos detém e que mais necessita, urge dar o próximo passo no debate do acesso à habitação.

Na habitação, o Estado Social respondeu e responde essencialmente à generalidade da população com maiores fragilidades sociais. Contudo, no acesso à habitação e na consecução deste direito fundamental, as dificuldades generalizam-se mais e mais, abrangendo hoje muitos agregados familiares de camadas sociais jovens e/ou da classe média.

Neste nosso tempo, vivemos num sistema societário em que, o acesso à habitação própria para esta camada da população, traduz-se na contração de um empréstimo bancário que traz encargos para toda a vida. Ou, pior ainda, não há casa própria por não haver possibilidade de acesso ao mercado bancário, face às atuais práticas impeditivas de acesso e do valor da prestação.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros dos Governo

Nós não podemos aceitar que um casal, ambos licenciados e com trabalho estável, sem outros rendimentos familiares, se deparem com tantas dificuldades em aceder a uma habitação.

Nós não podemos aceitar que um casal jovem com a sua vida financeiramente estável, com grandes perspetivas profissionais e que ambicionando constituir família, se sintam impedidos de ter habitação em face dos respetivos encargos associados.

E é aqui, senhoras e senhores deputados, que urge uma resposta mais abrangente, dada pelo Estado e pelos Governos.

Temos de ser capazes de ajudar a ultrapassar esta barreira intransponível para tantos e favorecer o saudável e livre desenvolvimento individual e familiar de todos. Todos sem exceção.

E disse livre porque é também de liberdade que estamos a falar. Há responsabilidades e responsabilidades. E as responsabilidades relativas a algo tão essencial como é possuir uma habitação, não podem nem devem ser castradoras de uma vida que se quer próspera e feliz.

Como disse anteriormente, muito já foi feito. E nesta matéria os Açores e os Governos do Partido Socialista, têm tido um papel fundamental nesse percurso histórico de dotar os açorianos e as suas famílias de condições de habitabilidade condignas. Nos Açores tem-se feito um reconhecido trabalho de promoção do acesso a uma habitação. Contudo, precisamos de continuar a dilatar o âmbito das políticas públicas de acesso a uma habitação por parte de todos.

Vamos a dados concretos:

- Sobre a reabilitação de habitações, só nesta legislatura, são mais de 1000 famílias apoiadas num esforço de cerca de treze milhões de euros que contribuem positivamente para as melhores condições de vida que desejamos para todos. Mas temos e devemos fazer ainda mais.
- Sobre o apoio ao arrendamento, só nesta legislatura, são mais de 2000 inquilinos apoiados, num esforço do Governo Regional de mais sete milhões de euros e que permite que os açorianos consigam ultrapassar aquela que é a pressão do próprio mercado. Mas temos de ter a capacidade de fazer ainda melhor.

- Também na área do arrendamento o Governo Regional, num esforço anual que ronda os cinco milhões e meio de euros, suporta a diferença entre a renda real e a renda que é efetivamente suportada pelas famílias. Mas, apesar de ser um bom contributo, temos de continuar de ter a capacidade de nos esforçarmos mais.
- Num aumento para 35% na comparticipação do apoio à aquisição de habitação, e que permite que os jovens e as suas famílias possam ver nascer a sua habitação a seu próprio gosto. Mesmo aqui temos o dever de permitir que mais famílias acedam a estes apoios.

E esse é um trabalho que nos deve envolver a todos.

Assembleia, Governo e Autarquias Locais. Deve envolver-nos a todos porque é um trabalho que não pode parar, não pode ficar por aqui. Antes, deve ser um esforço constante para o bem de todos. Aliás, hoje já começamos a trabalhar no futuro.

É bom exemplo do apoio que se exige ao Estado e aos Governos o lançamento dos dois primeiros concursos públicos que integram um pacote de cedência de mais de cem lotes infraestruturados para construção de habitação própria, em loteamentos situados em várias ilhas da Região e já publicado em Jornal Oficial no dia de ontem.

Acreditamos que, com essa maior promoção, daremos à nossa população ainda melhores condições para a constituição de famílias favorecendo assim o crescimento demográfico e promovendo a fixação dos mais jovens nas suas terras de origem, promovendo a felicidade de todos e de cada uma das suas famílias.

Mas, das tarefas essenciais do Estado nesta matéria não se pode excluir toda uma obrigação, não só dos Governos, mas também das autarquias, sobretudo nos grandes

centros urbanos, num trabalho efetivo e contínuo de promoção de uma reabilitação urbana que seja também reprodutiva do ponto de vista de uma habitação permanente.

Por isso é que agora, fruto de todo o trabalho já feito e de toda a evolução legislativa nesta área, quer na Região quer no País, nomeadamente a própria Lei de Bases da Habitação de setembro do corrente ano, um dos próximos passos, desejáveis e necessários, é uma agenda regional para habitação respondendo a todas as nossas necessidades e a todos anseios da nossa população.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros dos Governo

É nesse contínuo espírito de ir sempre mais além que o Partido Socialista aqui nos Açores se apresenta às açorianas e aos açorianos. É com essa ambição de mais e melhores condições de vida para os nossos concidadãos que trabalhamos diariamente com afinco, com dedicação e com sentido de responsabilidade, sempre pelos Açores.

Disse.

Horta, sala das sessões, 12 dezembro de 2019

O Deputado: João Paulo Ávila